

## UM DIÁLOGO NECESSÁRIO: HISTÓRIA E ARQUIVOS NA OBRA DE ANA MARIA CAMARGO

Renato de Mattos<sup>1</sup>

### RESUMO

Reconhecendo a relevância e a atualidade das contribuições de Ana Maria Camargo acerca da relação entre historiadores e arquivistas e, de modo mais amplo, os liames entre a Arquivologia e a História, o artigo apresenta uma reconstituição sumária de seus escritos sobre o assunto publicados entre os anos de 1971 e 2019. Pretendemos, assim, revisitar os principais eixos estruturantes do pensamento de Camargo sobre as especificidades teórico-metodológicas que delimitam as fronteiras entre os ofícios do historiador e do arquivista, bem como o caráter imprescindível do diálogo entre ambos os profissionais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ana Maria de Almeida Camargo. História. Arquivologia.

### ABSTRACT

Recognizing the relevance and actuality of Ana Maria Camargo's contributions on the relationship between historians and archivists and, more broadly, the links between Archival Science and History, this article presents a summary of her writings on the subject published between 1971 and 2019. The aim is to revisit the main structuring lines of Camargo's thinking on the theoretical-methodological specificities that delimit the boundaries between the historian's and archivist's professions, as well as the necessary dialogue between the two professionals.

**KEYWORDS:** Ana Maria de Almeida Camargo. History. Archival Science.

---

<sup>1</sup> Professor do Departamento de Ciência da Informação (GCI) e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutor (2015) em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Integrou a equipe coordenada por Silvana Goulart e Ana Maria Camargo responsável pela organização e descrição da documentação custodiada pela Fundação Fernando Henrique Cardoso (FFHC). Contato: renato\_mattos@id.uff.br



*O arquivo tornou-se um país estrangeiro para o historiador. Apesar de visitá-lo com frequência, comporta-se nele como turista, vendo tudo superficialmente: contenta-se com imagens de cartão-postal e dispensa o diálogo com os habitantes locais, hábito que lhe permitiria compreender melhor o meio em que vivem. O arquivista, por sua vez, assume o papel de guia turístico, mostrando-lhe o óbvio, o visualmente interessante, o fácil de localizar, o politicamente correto (Camargo, 2018, p. 23).*

**C**om essa alegoria, Ana Maria Camargo iniciava o artigo “Historiadores e arquivistas: um diálogo possível”, publicado em 2018 na **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. A caricatura, empregada originalmente por David Lowenthal (1985) e emprestada posteriormente por Terry Cook (2011), ilustra com precisão um dos temas mais recorrentes nos textos, palestras e aulas proferidas pela autora: os nexos entre história e arquivos. Na exata medida entre o rigor intelectual e a crítica refinada que conferiam aos seus exemplos a contundência e a sutileza únicas, Camargo recuperava as imagens do turista e do guia para representar tanto o distanciamento quanto o desconhecimento mútuo que comumente marcavam a relação entre as duas áreas.

Ao longo de sua trajetória, Ana Maria Camargo não mediu esforços em reverter esta que, por diversas vezes, definia como uma das principais fragilidades na formação de historiadores e arquivistas. Invariavelmente, buscou aproximar estes profissionais a partir da compreensão das especificidades teórico-metodológicas que delimitam as fronteiras entre os dois ofícios e seus respectivos campos do saber. Mas, para além da demarcação de fronteiras, Camargo exerceu com propriedade e competência por diversas vezes o papel de mediadora do diálogo imprescindível entre história e arquivos, diálogo este defendido com afinco em textos e palavras e sempre compartilhados com a generosidade que lhe era característica.

Enquanto docente do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), Camargo se desvelava em apresentar aos alunos recém-ingressos a importância do trato com os documentos de diferentes suportes, gêneros e formatos para o fazer histórico. Em 2002, por exemplo, ano em que tive a oportunidade de cursar a disciplina Metodologia da História II



oferecida por Ana Maria Camargo em parceria com a professora Sylvia Bassetto, os discentes eram introduzidos aos conceitos básicos da análise historiográfica a partir de discussões que compreendiam além dos clássicos que versavam sobre os métodos da história, a exemplo de Michel de Certeau, Peter Burke e François Dosse, fontes primárias que permitiam a apreensão da indissociável relação entre a produção do conhecimento histórico e os documentos. Ao longo do semestre em que a disciplina foi oferecida, em que os alunos aplicavam o repertório teórico da disciplina em estudos orientados a partir da análise das diferentes versões e interpretações erigidas sobre o “grito do Ipiranga” extraídas de depoimentos de testemunhas do episódio, noticiários de imprensa, documentos iconográficos, produções cinematográficas e até materiais didáticos, Camargo sublinhava por diversas vezes que “sem documentos, não há história”.

Para um observador apressado, ao remeter à velha máxima consagrada por Charles Langlois e Charles Seignobos em fins do século XIX, Ana Maria Camargo expressava aquilo que muitos identificavam – quase sempre sem a devida compreensão do sentido exato do termo – como sendo uma perspectiva “positivista” da história. Pelo contrário, a orientação de Camargo encontrava respaldo no mesmo entendimento apresentado por Marc Bloch, um dos principais críticos da chamada Escola Metódica Francesa, segundo o qual “os exploradores do passado não são homens completamente livres”, pois, “o passado é o seu tirano. proíbe-lhes conhecer de si qualquer coisa a não ser o que ele mesmo lhes fornece” (Bloch, 2001, p. 75).

Compartilhando da premissa de que “os fatos humanos no passado, da maior parte deles no presente, deve ser [...] um conhecimento através de vestígios” e que “reunir os documentos que estima necessários é uma das tarefas mais difíceis do historiador” (Bloch, 2001, p. 73 e 82), Ana Maria Camargo dedicou especial atenção à sistematização de fontes dispersas e pouco conhecidas entre os historiadores. Em “A hemeroteca Júlio de Mesquita do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo”, seu primeiro artigo publicado na **Revista de História** da USP em 1971, a autora era taxativa: “a falta de arquivos de periódicos brasileiros em São Paulo tem sido, para a maior parte dos pesquisadores, motivo de grande preocupação” (Camargo, 1971, p. 511). Na sequência, apresentava a listagem completa dos periódicos que haviam sido liberados



para consulta do público no início daquele ano. Outro exemplo de seu ânimo em coligir documentos essenciais para os historiadores é a monumental “Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro (1808-1822)”, relação exaustiva elaborada em parceria com Rubens Borba de Moraes, publicada em dois volumes em 1993.

Aliado aos esforços de compilação e difusão de fontes entre pesquisadores por meio da elaboração de instrumentos variados, merece igual destaque a atenção que Ana Maria Camargo dispensava ao modo como historiadores deveriam lidar com documentos compulsados em arquivos. Incansavelmente, em seus escritos e em suas aulas, Camargo apontava para as frequentes “armadilhas” a que estavam sujeitos desde historiadores principiantes até os mais experientes, muitas vezes, em função do profundo desconhecimento sobre as propriedades distintivas dos documentos de arquivo em relação aos documentos custodiados por bibliotecas e museus. Uma aparente obviedade repetida por Camargo traduzia de forma inequívoca o cerne dessa questão: “arquivos não falam”.

A expressão, empregada como título de uma conferência realizada por Camargo no encontro “Arquivos pessoais e cultura: uma abordagem interdisciplinar”, realizado em 2014 pela Fundação Casa de Rui Barbosa, servia de alerta para aqueles que, ao visitarem os arquivos durante o desenvolvimento de suas pesquisas, identificavam nos documentos – institucionais ou pessoais – os atributos de seus respectivos produtores. Sob essa perspectiva, por simples efeito metonímico, os arquivos passariam a ostentar qualidades irreduzíveis que independem da interpretação do historiador, os quais, por essa razão, estariam “condenados” a reproduzir estritamente concepções e preconceitos dos indivíduos e instituições responsáveis pela produção do documento. Assim, confrontando concepções equivocadas que resvalavam na mera ingenuidade, Ana Maria Camargo (2014, p. 12) tecia duras críticas contra aqueles que entendiam que “fatos existem em estado latente nos documentos” e que, portanto, pesquisas realizadas a partir de arquivos tidos como “autoritários” ou “opressores” estavam fadadas a reproduzir apenas conclusões “autoritárias” e “opressoras”.

Contrapondo tais concepções fundadas em uma suposta equivalência entre os “arquivos e o discurso historiográfico” (Camargo, 2014, p. 12), a autora retomava a



compreensão de Lucien Febvre de que, a despeito da incontestável importância dos documentos para a produção do conhecimento histórico, é no problema formulado pelo historiador que reside a origem da pesquisa, e que “os fatos históricos, mesmo os mais humildes, é o historiador que os chama à vida” (Febvre, 1985, p. 182). Segundo Camargo:

**[...] os fatos são construções do historiador e dependem das perguntas que este faz aos documentos.** Todo e qualquer material só alcança a condição de documento, nessa linha de raciocínio, se puder responder aos questionamentos do historiador e oferecer informações sobre a realidade que ele pretende conhecer ou explicar. **E isso vale também para os documentos de arquivo, cuja lógica de produção, mal compreendida pelo historiador, jamais coincide com a dos relatos retrospectivos que os utilizam como fonte** (Camargo, 2014, p. 12, grifos nossos).

Em diferentes momentos de sua produção, Camargo buscou de forma didática evidenciar aquilo que entendia como a “sutileza que costuma escapar ao horizonte do historiador” (Camargo, 2019, p. 16): o fato de os documentos de arquivo não constituírem um discurso sobre as atividades empreendidas por uma instituição ou pessoa que os acumula. São, na realidade, a própria corporificação e subproduto dessas atividades. Do elo entre o documento e a atividade que lhe deu origem resulta o principal atributo dos documentos de arquivo: a autenticidade, definida por Ana Maria Camargo como “a qualidade que permite associá-los ao contexto originário de proveniência” (Camargo, 2019, p. 17). Para a autora, a apreensão da relação entre o documento de arquivo e seu contexto de produção – “operação-chave da metodologia arquivística” (Camargo; Goulart, 2007, p. 36) – assume especial importância para os historiadores, pois:

Trata-se também de ver a propriedade reflexiva que os documentos de arquivo têm em relação ao contexto que os produziu como uma espécie de **balizamento estratégico para o historiador, impedindo-o de alcançar voos descontrolados no exercício sempre refinado de análise das fontes.** Traduzindo em miúdos: **o contexto dos documentos serve de enquadramento e freio para a interpretação de seu conteúdo** (Camargo, 2019, p. 17-18, grifos nossos).

Ao sublinhar que os documentos de arquivo são produzidos por imperativos de ordem prática, Camargo lançava luz sobre outro aspecto fundamental para aqueles que os utilizam como subsídios em suas pesquisas: os documentos de arquivo são



produzidos “sem qualquer intenção de se transformar em fonte para a história” (Camargo, 2003, p. 11). Essa constatação nos leva à *imparcialidade*, propriedade que decorre do fato de que nenhum documento de arquivo é produzido com outro objetivo que não seja exclusivamente aquele que presidiu a sua criação. Embora deva ser estritamente associada ao pressuposto de que os documentos são elaborados de acordo com rotinas processuais com vistas ao desenvolvimento de atividades e que, por esse motivo, “permanecem alheios aos sentidos que lhes emprestam outros usuários, fora do ambiente operativo”(Camargo, 2009, p. 35), a imparcialidade permanece pouco compreendida entre historiadores, os quais, muitas vezes, consideram-na incompatível com o preceito básico expresso por Jacques Le Goff (1996, p. 563) de que “o documento não é inócuo”. Contrariando este entendimento, Luciana Duranti ressalta que a imparcialidade não significa que os agentes responsáveis pela produção dos documentos sejam “neutros” ou “livres de preconceitos”, tampouco “significa que os leitores dos documentos devam crer que eles reproduzem os fatos e atos dos quais são parte e parcela” (Duranti, 1994, p. 51). Nesse sentido, Camargo esclarece que:

Poder-se-ia afirmar que os documentos de arquivo desfrutam, assim, de uma dupla condição: são sempre parciais em relação ao ente produtor, isto é, são partes constitutivas de sua lógica interna; e são, simultaneamente, imparciais em relação ao pesquisador, isto é, não são partes constitutivas da lógica da pesquisa (Camargo, 2009, p. 36).

Curiosamente, a elementar observação que nenhum documento de arquivo é produzido para servir de fonte para a pesquisa histórica foi e ainda é questão controversa entre arquivistas, muito em razão da confusão entre o atributo que incide única e exclusivamente sobre o documento de arquivo e a suposta “imparcialidade” do profissional responsável por sua organização, avaliação, descrição e disponibilização. Incompreendida por alguns dos tributários de uma perspectiva “pós-moderna” da Arquivologia, Ana Maria Camargo não desconsiderava o papel ativo e parcial dos arquivistas no exercício de suas funções, a ponto de reconhecê-los como um dado indispensável a ser considerado pelo historiador em suas análises:

[...] a prática historiográfica continua assentada na crítica documental, que hoje deve abarcar, em relação aos arquivos, não apenas as condições em que foram acumulados, mas as eventuais intervenções (de seleção, arranjo



e descrição) promovidas pelos arquivistas, algumas delas desastrosas (Camargo, 2014, p. 13).

De outra parte, cumpre destacar a atuação tenaz de Camargo em prol dos arquivistas a partir do enaltecimento de suas atribuições e responsabilidades que transcendiam os interesses imediatos e ocasionais dos pesquisadores. Ao emprestar de Hilary Jenkinson a imagem do “exímio guardião da custódia contínua”, Camargo não estava limitando os arquivistas à passividade de “meros mantenedores” de documentos, mas sim ao caráter imprescindível destes profissionais na identificação e na preservação da estabilidade de sentido dos documentos de arquivo, trabalhos que exigem erudição e pesquisas constantes deste profissional. Por essa razão, Camargo era tão enfática ao criticar correntes que, por aparente desprezo ao trabalho empreendido pelos arquivistas, buscavam conferir novas incumbências consideradas “superiores” ou mais “conceituadas” calcadas na interpretação e na “ressignificação” como “contraponto ao arquivo construído pelos poderosos” a fim de “estabelecer a verdade” (Iacovino, 2016, p. 270-271). Compreendidos como “malabarismos insólitos”, Ana Maria Camargo era contundente em sua análise:

**No cerne do trabalho arquivístico está a busca dos contextos de origem dos documentos, atividade que se costuma equiparar à do historiador.** Não por acaso, o princípio da proveniência é também conhecido como método histórico. A perspectiva é promover a adequada contextualização dos documentos de arquivo, de modo a lhes garantir a necessária estabilidade de sentido e permitir que continuem a representar o ente produtor ao longo do tempo. **Não se trata aqui de produção historiográfica, no sentido convencional;** como bem observou Lauraire, o *ethos* do arquivista se alicerça sobre uma espécie de renúncia ou abstinência em relação à pesquisa diletante. Fundamentada em contextos funcionais e, por isso mesmo, **refratária aos temas e conteúdos que os pesquisadores procuram nos arquivos - e, por que não dizer, aos devaneios teóricos com que se procura aproximá-la da História** -, a Arquivologia tem por objeto os documentos autênticos, ou sejam aqueles cuja proveniência é possível conhecer, independentemente da veracidade das informações neles registradas (Camargo, 2018, p. 25, grifos nossos).

Organizados conforme o seu contexto orgânico de produção e assegurado o sistema de relações que mantêm entre si e com o todo, os documentos de arquivo se distinguem por seu estatuto probatório que os tornam imprescindíveis aos estudiosos



interessados na “reconstituição das realidades do passado” (Camargo, 2003, p. 12). Preservado o seu caráter instrumental, o documento de arquivo se impõe como testemunho das ações empreendidas por pessoas físicas ou jurídicas no cumprimento de suas funções e atividades, de modo que é precisamente em função do valor probatório do documento arquivístico e do modo como este se subordina à natureza contextual que os arquivos são capazes de espelhar os contextos e relações em que seus produtos se inseriram e atuaram.

Assim, sob o risco de cometerem equívocos e anacronismos em suas interpretações, os historiadores, antes de se limitarem à superfície dos arquivos, devem compreendê-los como representantes de seus respectivos contextos de origem, cujos nexos permanecem alheios “aos inesgotáveis sentidos que os pesquisadores, com diferentes recortes temáticos ou enfoques teóricos, podem lhes emprestar” (Camargo; Goulart, 2007, p. 47). Essas são apenas algumas das ricas lições que Ana Maria Camargo nos legou como professora, pesquisadora e principal mediadora do possível e necessário diálogo entre arquivos e história.

## REFERÊNCIAS

- BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. A Hemeroteca Júlio Mesquita do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. *Revista de História (USP)*, v. 1, p. 511-516, 1971.
- \_\_\_\_\_; MORAES, Rubem Borba de. *Bibliografia da impressão Régia do Rio de Janeiro (1808-1822)*. São Paulo: Edusp; Kosmos, 1993. v. 2.
- \_\_\_\_\_. Sobre o valor histórico dos documentos. *Arquivo Rio Claro*, v. 1, p. 11-17, 2003.
- \_\_\_\_\_.; GOULART, S. *Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais*. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.
- \_\_\_\_\_. Arquivos pessoais são arquivos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 45, p. 26-39, 2009.
- \_\_\_\_\_. Arquivos não falam. In: OLIVEIRA, L. M. V.; VASCONCELLOS, E. (Org.). *Arquivos pessoais e cultura: uma abordagem interdisciplinar*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2015, v. 1, p. 11-13.
- \_\_\_\_\_. Historiadores e arquivistas: um diálogo possível. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, v. 1, p. 23-26, 2018.
- \_\_\_\_\_. Arquivos públicos e pesquisa histórica. In: REIS, P. A.; R.; ALMEIDA, R. G. C. (Orgs.). *Arquivo e história: a cidade de Campinas e seus documentos*. 1ed. São Paulo: Alameda, 2019, p. 15-18.





COOK, Terry. The archive(s) is a foreign country: historians, archivists, and the changing archival landscape. *The American Archivist*, Chicago, v. 74, n. 2, p. 600-632, 2011.

DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, jul. 1994.

FEBVRE, Lucien. *Combates pela história*. Tradução de Leonor Martinho Simões e Gisela Moniz. 2. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1985.

IACOVINO, Livia. Os arquivos como arsenais de responsabilidade. In: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather. (Org.). *Correntes atuais do pensamento arquivístico*. Belo Horizonte: UFMG, 2016, p. 261-303.

LANGLOIS, Charles. V.; SEIGNOBOS, Charles. *Introdução aos estudos históricos*. São Paulo: Renascença, 1946.

LE GOFF, Jaques. Documento/Monumento. In: \_\_\_\_\_. *História e Memória*. Campinas (SP): Unicamp, 1996.

LOWENTHAL, David. *Past is a foreign country*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

---

#### LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **OFFICINA: Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International.

